

411370 LONDRINA	20
411520 MARINGA	5
TOTAL DO ESTADO	318
PERNAMBUCO - sob gestão estadual	77
Sob gestão municipal	
260410 CARUARU	12
260960 OLINDA	42
261160 RECIFE	257
TOTAL DO ESTADO	388
PIAUÍ - sob gestão estadual	66
Sob gestão municipal	
221100 TERESINA	61
TOTAL DO ESTADO	127
RIO DE JANEIRO - sob gestão estadual	59
Sob gestão municipal	
330190 ITABORAÍ	54
330330 NITEROI	455
330350 NOVA IGUACU	107
330455 RIO DE JANEIRO	152
330510 SAO JOAO DE MERITI	10
TOTAL DO ESTADO	837
RIO GRANDE DO NORTE - sob gestão estadual	30
Sob gestão municipal	
240810 NATAL	433
TOTAL DO ESTADO	463
RIO GRANDE DO SUL - sob gestão estadual	173
Sob gestão municipal	
430440 CANELA	10
430510 CAXIAS DO SUL	15
431440 PELOTAS	10
431490 PORTO ALEGRE	155
432040 SERAFINA CORRÊA	10
TOTAL DO ESTADO	373
RONDONIA - sob gestão estadual	30
TOTAL DO ESTADO	30
RORAIMA - sob gestão estadual	30
Sob gestão municipal	
140010 BOA VISTA	27
TOTAL DO ESTADO	57
SANTA CATARINA - sob gestão estadual	131
Sob gestão municipal	
420420 CHAPECO	8
TOTAL DO ESTADO	139
SÃO PAULO - sob gestão estadual	1655
Sob gestão municipal	
350320 ARARAQUARA	66
350400 ASSIS	10
350810 BURITAMA	180
350860 CACHOEIRA PAULISTA	20
350950 CAMPINAS	92
351110 CATANDUVA	272
351620 FRANCA	43
351640 FRANCO DA ROCHA	10
352590 JUNDIAI	9
352900 MARILIA	418
353470 OURINHOS	10
354340 RIBEIRAO PRETO	213
354780 SANTO ANDRE	10
354850 SANTOS	10
354890 SAO CARLOS	16
354980 SAO JOSE DO RIO PRETO	79
354990 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	48
355030 SÃO PAULO	1344
355100 SAO VICENTE	5
355220 SOROCABA	43
TOTAL DO ESTADO	4553
SERGIPE - sob gestão estadual	30
Sob gestão municipal	
280030 ARACAJU	132
TOTAL DO ESTADO	162
TOCANTINS - sob gestão estadual	0
Sob gestão municipal	
170040 PALMAS	30
TOTAL DO ESTADO	30

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 110, DE 29 DE ABRIL DE 2004

O Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 e no Decreto nº 3.697, de 21 de dezembro de 2000, e

Considerando a necessidade de implementação de mecanismos que possibilitem a redução de custos na compras de bens e serviços governamentais, resolve:

Art. 1º Instituir a modalidade de pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - pregão eletrônico, no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério da Saúde.

Parágrafo único - A modalidade de pregão eletrônico de que trata este artigo deve ser adotada, sem prejuízo das demais modalidades, como prioritária na contratação de bens e serviços comuns no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério da Saúde, na forma da legislação vigente.

Art. 2º Fica a Subsecretaria de Assuntos Administrativos responsável pela supervisão e monitoramento dos resultados dos processos de compra de bens e serviços comuns efetuados pela modalidade de pregão eletrônico, no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério da Saúde.

Art. 3º Para fins de cumprimento do disposto nesta Portaria, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos atuará na articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, visando implementação do pregão eletrônico, treinamento de usuários e uso de tecnologias que possibilitem a redução de custos na contratação de bens e serviços.

Art. 4º Delegar competência ao Subsecretário de Assuntos Administrativos e aos Dirigentes das Entidades Vinculadas, para designar pregoeiros e componentes da equipe necessários à operacionalização do pregão eletrônico no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GASTÃO WAGNER DE SOUSA CAMPOS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE
SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 27 DE ABRIL DE 2044

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através do 183º Circuito Deliberativo, encerrado em 27 de abril de 2004, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo administrativo: Nº Prot.NUESS/PB 25018.000375/2001-09

Prot.ANS: 33902.023537/2001-22

Recorrente: Unimed João Pessoa Cooperativa de Trabalho Médico.

Decisão: negou-se provimento

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA
SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3, DE 29 DE ABRIL DE 2004

O Diretor-Presidente da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XI do art. 13 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999,

considerando o disposto no Art. 111, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 593, de 25 de agosto de 2000, republicada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Conceder o Registro dos Produtos para a Saúde, na conformidade relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIEROVITCH PESSANHA HENRIQUES

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME TÉCNICO NÚMERO DO PROCESSO
NOME COMERCIAL
LOCAL DE FABRICAÇÃO
MODELO(S) DO PRODUTO
CLASSE REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES)

PLASCALP PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA 1.01722-1
Compressas 25351.069224/2003-38
COMPRESSA CAMPO OPERATORIO ESTERIL PLASCALP
FABRICANTE : PLASCALP PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA - BRASIL

DISTRIBUIDOR : PLASCALP PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA - BRASIL

23cmx25cm ou 45cmx50cm (sem pré-enchimento);10cmx9cm ou 25cmx28cm (com pré-enchimento)e com ou sem fio radiopaco

CLASSE : II 10172210032

8029 - Registro de Família de Material de Uso Médico Nacional

Compressas 25351.069213/2003-58

COMPRESSA CAMPO OPERATORIO NAO ESTERIL PLASCALP

FABRICANTE : PLASCALP PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA - BRASIL

DISTRIBUIDOR : PLASCALP PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA - BRASIL

23cmx25cm;45cmx50cm sem pré-enchimento e com e sem fio radiopaco

10cmx9cm; 25cmx28cm com pré enchimento e com e sem fio radiopaco

CLASSE : II 10172210033

8029 - Registro de Família de Material de Uso Médico Nacional

Total de Empresas :1

RESOLUÇÃO-RE Nº 7, DE 29 DE ABRIL DE 2004

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 149, de 20 de fevereiro de 2004;

considerando o artigo 111, §3º, do Regimento Interno aprovado pela Portaria ANVISA nº 593, de 25 de agosto de 2000, republicada em 22 de dezembro de 2000;

considerando o artigo 148, §3º, do Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977, que regulamenta a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7, inciso XXVI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando a Resolução - RE nº 148, de 19 de fevereiro de 2004;

considerando ainda o Auto de Infração Sanitária nº 076/2004 - GPROP/DIFRA/ANVISA/MS, resolve:

Art. 1º Determinar a suspensão, em todo território nacional, que durará o tempo necessário à realização de análises e outras providências requeridas, de toda propaganda com alegações de propriedades terapêuticas e/ou medicinais, veiculadas em todos os meios de comunicação, inclusive na internet, do produto SUCO TAHITIAN NONI, divulgada por YUKI ELIZABETH OHAMA, com endereço à avenida Ibirapuera, nº 2.907, conjunto 607, São Paulo/SP, por não possuir o devido registro nesta Agência Nacional de Vigilância Sanitária/MS, bem como por descumprimento das exigências regulamentares da mesma.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANKLIN RUBINSTEIN

RESOLUÇÃO-RE Nº 8, DE 29 DE ABRIL DE 2004

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 149, de 20 de fevereiro de 2004;

considerando o § 3º, do art. 111 do Regimento Interno aprovado pela Portaria ANVISA nº 593, de 25 de agosto de 2000, republicada em 22 de dezembro de 2000;

considerando os artigos 4º e 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

considerando o art. 148, §3º, do Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977, que regulamenta a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7, inciso XXVI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando ainda a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977,

considerando que não existe comprovação científica que garanta qualidade, segurança e eficácia da substância Phyllomedusa bicolor, extraída da rã, conhecida como “Kambô - Vacina do Sapo” com indicação para qualquer tipo de distúrbio, desequilíbrio ou tratamento de quaisquer processos agudos e crônicos;

considerando as campanhas e matérias publicitárias que não esclarecem o consumidor sobre os riscos à saúde provocados pelo uso desta vacina a base de Phyllomedusa bicolor, induzindo ao uso indiscriminado do produto em todo território nacional; resolve:

Art. 1º Determinar a suspensão, em todo território nacional, que durará o tempo necessário à realização de análises e outras providências requeridas, de toda propaganda com alegações de propriedades terapêuticas e/ou medicinais, veiculadas em todos os meios de comunicação, inclusive na internet, especialmente no site www.kambo.com.br, da VACINA DO SAPO - KAMBÔ, por não possuir o devido registro nesta Agência Nacional de Vigilância Sanitária/MS, bem como por descumprimento das exigências regulamentares da mesma.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANKLIN RUBINSTEIN